

■ CAPÍTULO 9 ■

EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Neste último capítulo estudaremos algumas das posições mais importantes na epistemologia contemporânea, como: diferentes tipos de fundacionalismo, coerentismo, epistemologia naturalizada, o problema de Gettier, e confiabilismo.

9 EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A teoria do conhecimento, nos moldes em que foi praticada até o início do século XX, inclusive com os autores que vimos nos dois últimos capítulos, deixou gradativamente de atrair o interesse dos filósofos. Em parte, a influência dos pensadores ligados à filosofia analítica, como o próprio Russell e os positivistas lógicos, conduziu a epistemologia contemporânea a um tipo cada vez mais abstrato de análise do conhecimento.

Paralelamente, o desenvolvimento da psicologia empírica ao longo do século XX, que também tomou algumas questões da teoria tradicional do conhecimento como seu objeto de estudo, fez uma outra parte dos filósofos contemporâneos interessados em compreender o conhecimento humano considerar a possibilidade de reduzir a própria epistemologia a uma forma empírica de pesquisa, o movimento que teve como figura mais importante o filósofo americano Willard van Orman Quine, e que propõe uma **epistemologia naturalizada**. Essa perspectiva tem raízes também em alguns filósofos da época moderna, em particular, Hume.

A naturalização da epistemologia também foi um tipo de saída vislumbrado por muitos que se viram às voltas com uma problemática tipicamente analítica e abstrata a respeito do conhecimento humano, aquela levantada por Edmund Gettier, em um pequeno artigo de 1963, que gerou inúmeras reações. Uma das formas de confiabilismo que vamos estudar neste capítulo procura resolver o problema levantado por Gettier sobre a noção tradicional de **conhecimento como crença verdadeira e justificada** em viés naturalista.

Entretanto, o problema de Gettier e o pano de fundo no qual ele é formulado não é apenas tipicamente analítico, mas também está intimamente ligado à perspectiva fundacionalista (ou fundacionista), isto é, a postura que também remonta aos filósofos modernos, como Descartes e alguns dos próprios empiristas, como Locke, segundo a qual **devemos** conferir ao conhecimento humano uma fundamentação segura e, por outro lado, **podemos** fazê-lo. O problema de Gettier diz respeito mais à possibilidade de alcançar tal fundamentação com as ferramentas analíticas usuais do que ao imperativo de fazer tal fundamentação.

Ao mesmo tempo que alguns defensores da epistemologia naturalizada pensam que podem contornar o problema de Gettier, outros epistemólogos, seguindo a mesma inspiração naturalista, pensam, ao contrário, que não é nem mesmo necessário tentarmos conferir uma fundamentação segura para o conhecimento humano, que será sempre falível. Essa postura que, em geral, se denomina **falibilismo**, está associada a uma das alternativas contemporâneas em teoria do conhecimento, que é o **coerentismo**, uma posição que também vamos comentar neste capítulo.

O que vamos apresentar aqui, portanto, serão apenas algumas indicações de debates atuais, que podem ser tomadas como uma pequena introdução a esta área de estudos filosóficos que, hoje, é enormemente diversificada e complexa.

9.1 TIPOS DE FUNDACIONALISMO

Para caracterizarmos a posição fundacionista em geral e identificarmos algumas de suas variações, suponhamos a seguinte situação. Um indivíduo **A** faz uma afirmação qualquer, expressando uma crença ou opinião (vamos chamá-la de **k**) e dirigindo-se a um outro indivíduo, **B**. Este último, se não compartilha da mesma opinião, pede então a **A** que diga com base em que razões ele fez aquela afirmação.

Há dois caminhos que **A** pode então tomar para atender o pedido de **B**: ou ele pode dizer que **k** está fundamentada em uma outra crença ou opinião que ele também possui, digamos **c₁**. Se, para o indivíduo **B**, **c₁** está na mesma condição de **k** – isto é, **c₁** também pede uma fundamentação –, então, mais uma vez, **B** pergunta pe-

las razões de **A** para sustentar c_1 . Desta vez, **A** pode alegar c_2 . O mesmo processo pode então se repetir, pois **B** pode pedir então uma razão para **A** sustentar também c_2 , e assim por diante, até que, em determinado momento, o indivíduo **A** indique uma razão que é plenamente aceitável também para o indivíduo **B**.

Há dois elementos principais neste processo ou diálogo entre os indivíduos **A** e **B**. Primeiro, as crenças ou opiniões que **A** expressa, umas para apoiar as outras, ou demandam algum apoio mais, ou se bastam e são aceitáveis tal como se apresentam tanto para **A**, quanto para **B**. Segundo, ambos os indivíduos devem aceitar a mesma maneira de ligar as crenças ou opiniões, isto é, o mesmo *método* para apoiar uma crença em outra ou, em outras palavras, considerando o inverso, para derivar ou inferir uma crença a partir de outra.

Podemos ilustrar esse processo com aquele que Descartes nos apresenta nas *Meditações*, argumentação por meio da qual ele nos propõe o *Cogito* como uma primeira certeza, e dela vai derivando outras. Nestes termos, o fundacionalismo pode ser então caracterizado como a posição epistemológica segundo a qual, ou uma opinião é evidente, e é incondicionalmente aceitável para quem a expressa e para os outros, ou tal opinião pode ser apoiada por outras, até que cheguemos a uma opinião evidente ou incondicionalmente aceitável. E, além disso, neste segundo caso, a forma de ligar as opiniões também deve ser aceitável.

Na epistemologia contemporânea, o aspecto metodológico é menos enfatizado, enquanto que, nos pensadores modernos, ele era mais discutido. A razão é que, hoje, se pressupõe que uma teoria lógica nos dê o método adequado para fundamentar nossas crenças com base em outras, restando então para a teoria do conhecimento discutir apenas o problema de ser uma crença ou evidente, ou baseada em outra crença que, por sua vez, é evidente.

Além disso, alguns epistemólogos contemporâneos privilegiam o que podemos denominar **teoria da justificação**, isto é, uma discussão a respeito especificamente da forma como determinadas crenças justificam outras. Uma **teoria do conhecimento**, neste caso, seria uma

discussão mais ampla, para a qual podemos alcançar critérios para distinguir entre casos de mera crença e casos de conhecimento propriamente, tal como veremos ao comentar o problema de Gettier.

O fundacionalismo, propriamente falando, seria então a posição segundo a qual, quando uma justificação é pedida para alguma crença ou opinião, isso pode ser feito por meio de outra crença ou opinião plenamente aceitável, inatacável, evidente, incorrigível etc. A mera demanda de justificação pode então ser denominada mais apropriadamente de **justificacionismo**. Uma posição justificacionista, como veremos mais adiante ao discutirmos o coerentismo, pode também ser **falibilista**, isto é, pode apresentar justificações aceitáveis mas não inatacáveis. Deste modo, o **fundacionalismo** seria propriamente a exigência de uma justificação última ou irrefutável.

Além disso, como afirmam também alguns epistemólogos atuais, pode haver diferenças entre formas de fundacionalismo se estabelecermos uma distinção entre crenças **evidentes** e crenças **incorrigíveis**. Algo que é evidente para determinados indivíduos, em determinado momento, pode ainda ser considerado revisável. Mas uma opinião que é considerada incorrigível é tomada como algo que será sempre aceito, pelo menos para o indivíduo que a formula.

Deste modo, podemos fazer distinções de caráter didático entre essas posições, ainda que as definições para esses termos aqui empregados possam variar segundo os diferentes autores.

- i) Justificacionismo* – nossas crenças ou opiniões devem ser justificadas se não forem incondicional e imediatamente aceitáveis (ou evidentes, ou incorrigíveis).
- ii) Fundacionalismo* (ou *fundacionismo*) – nossas crenças ou opiniões devem (e podem) receber uma justificação ou fundamentação última.
- iii) Falibilismo* – qualquer justificação para nossas crenças ou opiniões é sempre sujeita a contestação e não há justificações últimas.

Além disso, se considerarmos apenas a posição fundacionista, podemos ter dois tipos que se complementam e, de fato, devem se complementar:

- a) *fundacionismo de método* – há um método para apoiar ou derivar crenças ou opiniões com base em outras;
- b) *fundacionalismo de conteúdo* – há crenças ou opiniões ou evidentes, ou incorrigíveis.

9.2 COERENTISMO

O coerentismo pressupõe que o ideal fundacionista não é alcançável, e que o que podemos fazer com nossos sistemas de proposições ou crenças é torná-los apenas coerentes. O coerentismo é ainda uma posição justificacionista, no sentido que demos antes a esse termo. Mas é também uma posição falibilista em certo sentido, pois questiona a possibilidade de alcançarmos crenças ou opiniões evidentes, ou incorrigíveis, ou irrefutáveis etc.

O coerentismo, assim como o fundacionismo, também pode ser compreendido tanto no aspecto metodológico, quanto de conteúdo. Um sistema coerente de crenças ou opiniões deve também ser dotado de meios para que tais crenças ou opiniões dêem apoio umas às outras. Na epistemologia contemporânea se pressupõe, tal como no caso da posição fundacionista, que o método adequado para fazer isso seja descrito por uma teoria lógica, ficando, portanto, apenas o problema do conteúdo, ou das crenças e opiniões propriamente, para ser discutido pela teoria do conhecimento.

Em face do fundacionismo, o coerentismo costuma se apresentar como uma posição mais razoável. Ou seja, se aparentemente não conseguimos dar um fundamento último a nossas crenças ou opiniões, pelo menos podemos torná-las compatíveis umas com as outras, isto é, isentá-las de contradição. Mas é claro que um sistema de crenças isento de contradição não é necessariamente um sistema aceitável para efeitos cognitivos. Uma obra de ficção literária, via de regra, é coerente neste sentido mínimo, mas não nos dá conhecimento do mundo. Com um pouco de imaginação e trabalho, qualquer relato pode se tornar coerente no sentido de ser isento de contradições internas. E, neste caso, como poderemos distinguir ficção de realidade?

Este é um questionamento clássico das teorias do conhecimento, e tem sido tomado como uma boa razão para não nos contentarmos com uma posição coerentista, e, ao contrário, para buscarmos formas de conferir uma fundamentação última para o conhecimento. Esta é a motivação de diversos autores que sustentam uma doutrina fundacionista. Além disso, um outro problema que se apresenta para o coerentismo é que, na tentativa de justificar uma de nossas crenças por meio de outras, podemos fazer um círculo completo, e retornar à primeira.

Suponhamos aquele caso dos indivíduos **A** e **B**, um dos quais apresenta a opinião **k** alegando para sustentar isso uma outra opinião c_1 . Depois, ele procura apoiar c_1 com base em c_2 . Depois, c_2 com base em c_3 , e assim por diante, até chegar a uma opinião c_n , que, por sua vez, é sustentada com base em **k**. Ora, seu interlocutor, o indivíduo **B**, vai certamente considerar a conversa toda como algo inaceitável.

Assim, o coerentista deve dar respostas satisfatórias para os dois problemas, a saber:

1. o de distinguir ficção de realidade;
2. o de evitar a circularidade.

Para resolver este segundo problema, tem sido uma estratégia comum a diversos autores coerentistas alegar que a circularidade não é necessariamente *viciosa*, isto é, que o fato de um sistema coerente produzir circularidade não invalida o fato de que ele seja aceitável. A circularidade só seria inaceitável mediante o pressuposto fundacionista segundo o qual algumas crenças possuem um caráter privilegiado.

Contudo, essa alegação dos coerentistas só é aceitável se o primeiro problema for também resolvido, isto é, se pudermos mostrar que um sistema é suficientemente informativo sobre o mundo, de forma a poder distingui-lo de outros que são também coerentes no sentido de serem isentos de contradição.

Suponhamos então um sistema isento de contradição e suficientemente informativo, isto é, que de fato nos dê conhecimento de uma boa parte do mundo. É claro que se as diversas partes desse sistema são verdadeiras e se o sistema representa uma re-

alidade em si mesma não-contraditória, então é certo que o conhecimento de uma parte dessas verdades pode conduzir ao conhecimento de outras. Assim, algumas das opiniões contidas no sistema podem justificar outras, e vice-versa, eliminando o perigo de uma circularidade viciosa.

Entretanto, que garantias podemos ter para a afirmação de que estamos diante de um sistema suficientemente abrangente e que, de fato, represente de modo adequado pelo menos uma parte importante do mundo real? Ora, o próprio sistema não poderia dar tal garantia, dizem os críticos do coerentismo. E isso colocaria o coerentista na situação de ter de apelar para uma estratégia fundacionista. Este é um argumento que Russell apresenta contra a teoria da coerência em seu livro *Os problemas da filosofia*.

Como já deve ter ficado claro a esta altura, o coerentismo, enquanto uma teoria do conhecimento, está ligado à teoria da verdade como coerência, que comentamos no capítulo 3. Do mesmo modo, o fundacionismo está ligado a uma teoria da verdade como correspondência. A resposta de alguns coerentistas a críticas como esta de Russell consiste em apontar as dificuldades da própria teoria da correspondência e, por conseguinte, da posição fundacionista que ela deve reforçar.

De maneira geral, a alegação é que não temos como saber sem recorrer a alguma metafísica se, de fato, nosso conhecimento corresponde aos fatos. E, diante dessa impossibilidade, dizem os defensores do coerentismo, só resta lidarmos com sistemas coerentes, esperando que eles sejam não apenas **isentos de contradição**, mas também suficientemente **abrangentes**. Ou seja, um sistema é coerente se atende aos dois requisitos. Mas enquanto a falta de contradição é, em princípio, algo que pode ser aferido, a abrangência não. Pois, neste caso, temos de comparar o sistema com algo fora dele, o que faz voltar aos problemas ligados à correspondência.

Um dos autores que defendeu uma posição como está é Otto Neurath (1882–1945), também pertencente ao Círculo de Viena, ao criticar a estratégia fundacionista de Carnap. Um autor atual que também defende uma forma de coerentismo é Nicholas Rescher (1928–). Historicamente, a posição coerentista também está

ligada à filosofia de Hegel e ao idealismo britânico, influenciado por essa filosofia e sustentado por autores como **F. H. Bradley**, e depois também pelo americano Percy B. Blanshard (1892–1987).

9.3 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA

Uma outra forma de falibilismo para a qual a circularidade que pode haver no conhecimento humano não representa necessariamente nenhuma catástrofe lógica é o naturalismo. O termo ‘**naturalismo**’ também carrega alguma ambigüidade, que devemos esclarecer. Em um primeiro sentido, o *naturalismo* consiste na idéia de que o conhecimento humano é um fenômeno natural. Neste sentido, encontramos uma posição naturalista já em Hume, como vimos no capítulo 5.

Num segundo sentido, contudo, que pressupõe o primeiro, o naturalismo é também a defesa, mais exatamente, da **epistemologia naturalizada**, isto é, a doutrina segundo a qual a **disciplina** epistemologia ou teoria do conhecimento é uma ciência empírica, ao lado de outras, como as ciências naturais em geral e as ciências humanas. Neste caso, o naturalismo é a negação de que exista uma separação entre a epistemologia (ou a filosofia em geral) e as ciências empíricas, mas uma continuidade dessas investigações. O principal autor que, no século XX, defendeu essa posição foi **Willard van Orman Quine**.

A epistemologia naturalizada pressupõe, obviamente, o naturalismo enquanto concepção do conhecimento humano. Mas podemos sustentar este naturalismo sem, necessariamente, sustentarmos também que há uma continuidade entre a epistemologia (ou a filosofia em geral) e as ciências empíricas. Ou seja, uma concepção naturalista do conhecimento não leva obrigatoriamente a uma metaepistemologia naturalista, isto é, uma teoria epistemológica sobre a natureza da própria disciplina **epistemologia**.

Neste último caso, o que está em questão é o critério de demarcação entre filosofia (e juntamente com ela, especificamente, a teoria do conhecimento) e ciência – o problema que remonta a Kant, tal como vimos no capítulo 6. Os filósofos contemporâneos também colocam esse problema como a distinção entre o contexto



Francis H. Bradley (1846–1928).



W. v. O. Quine (1908–2000).

de **descoberta** (ou elaboração de conhecimentos) e o contexto de **justificação**. Esta distinção foi proposta nestes termos por Hans Reichenbach (1891–1953). A idéia é que, por exemplo, a psicologia empírica lida com nossas cognições como questões de fato, enquanto a teoria do conhecimento lida com as razões para sustentar uma crença, tal como discutimos anteriormente.

A doutrina que defende a epistemologia naturalizada é, portanto, a negação desse princípio. Quine sustentava que a epistemologia deveria, na verdade, ser parte da psicologia empírica e da lingüística, ou seja, a confluência de investigações empíricas sobre a cognição humana, na qual o uso da linguagem desempenha um papel privilegiado. Essa postura é defendida em seu célebre artigo “**Epistemologia Naturalizada**”.

O naturalismo neste sentido é também uma forma de falibilismo, como já dissemos. Tal falibilismo se opõe ao fundacionalismo de duas maneiras complementares. Primeiro, a respeito das próprias ciências e do conhecimento humano em geral, os naturalistas afirmam que não podemos ter justificações últimas. Segundo, o mesmo vale para a própria teoria do conhecimento ou epistemologia como disciplina empírica. Isto é, qualquer teoria do conhecimento também está sujeita a revisão ou refutação se for o caso, como todo o resto do saber humano. Quine, que sustenta claramente esta posição, afirma também que é certo que algumas partes do saber humano são mais dificilmente revisáveis, como a lógica e a matemática. Mas, em princípio, todo o sistema do conhecimento humano, inclusive todas as ciências e a filosofia, são passíveis de revisão.

Um ponto específico que ilustra bem a oposição desse tipo de naturalismo ao fundacionalismo e, ao mesmo tempo, o papel privilegiado que a linguagem continua a desempenhar no conhecimento humano é a noção de Quine de **sentença observacional**. No fundacionalismo de Carnap, como vimos no capítulo 7, há uma separação nítida entre uma linguagem observacional e neutra (isenta de teoria ou de nossas opiniões) e uma linguagem teórica (que se refere a coisas consideradas inobserváveis). A linguagem que relata os objetos autopsicológicos no sistema solipsista do *Aufbau* de Carnap é composta de sentenças observacionais. Os outros níveis de objetos são descritos por sentenças não-observacionais.

Com base em sua idéia de que a epistemologia descreve um evento natural, Quine diz que o que ela tem de explicar é a grande diferença que há entre nossa descrição do mundo físico (com toda a riqueza conceitual que ela contém) e a pequena e pobre estimulação sensorial que sofremos em nossos órgãos dos sentidos. Isso quer dizer que, as sentenças observacionais no sentido pressuposto por Carnap seriam sempre uma classe pobre demais em conteúdo para ser informativa sobre o mundo.

Em lugar disso, Quine propõe então que toda nossa linguagem que fala do mundo está contaminada por teorias ou concepções que elaboramos, mas que uma parte das sentenças que utilizamos para falar do mundo a nossa volta, para determinada comunidade de falantes, pode ser objeto de acordo universal. Esta parte é aquela das sentenças observacionais, que utilizam termos observacionais. Por exemplo, tomada a comunidade dos falantes do português, todos aceitariam como verdadeira a sentença **‘o céu é azul’**. Logo, **‘azul’** é um termo observacional, assim como a sentença é observacional.

Por outro lado, se tivermos dois falantes que dizem, respectivamente, **“o céu é azul bebê”** e **“o céu é azul real”**, eles não vão concordar sobre qual sentença é verdadeira e qual é falsa apenas com base na mesma estimulação sensorial. Assim, estas sentenças não são observacionais, mas teóricas, e as expressões **‘azul bebê’** e **‘azul real’** não são observacionais. Claro que isso poderia mudar com a prática lingüística dos falantes do português. E isso mostra como a perspectiva de Quine é falibilista.

Outras formas de epistemologia naturalizada nos dias de hoje têm não apenas influência do pensamento de Quine, mas também da problemática levantada por Gettier, que veremos a seguir, sendo o caso de algumas formas de confiabilismo, posição que comentaremos a seguir, e que tem por objetivo dar uma saída naturalista para esse problema.

9.4 O PROBLEMA DE GETTIER

O pequeno artigo de Edmund Gettier, de 1963, **“O conhecimento é crença verdadeira e justificada?”** causou um grande impacto e gerou uma grande discussão, com diversas tentativas de apresentar

uma saída para o problema. Gettier parte da concepção tradicional, que, segundo ele, parece já estar presente no diálogo *Teeteto*, de Platão. Mas versões semelhantes também aparecem em textos dos filósofos contemporâneos **A. J. Ayer** e Roderick Chisholm (1916–1999).



Alfred J. Ayer (1910–1989)

Tal concepção pode ser colocada resumidamente da seguinte maneira: para dizer que um sujeito **S** sabe que **P** (uma proposição qualquer), é preciso preencher os seguintes requisitos:

1. **P** é verdadeira;
2. **S** acredita que **P**; e
3. **S** tem boas razões para acreditar que **P**.

As três formulações alternativas que Gettier apresenta em seu artigo são diferentes destas, mas equivalentes entre si e com esta. A idéia é que não podemos fazer a distinção entre **mera crença** do sujeito, de um lado, e **conhecimento**, de outro, se, em primeiro lugar, a proposição correspondente a sua crença não for verdadeira. Mas, como sabemos, no sentido correspondencial, que é aquele pressuposto por Gettier, uma proposição **P** pode ser verdadeira e determinado sujeito não acreditar que **P**. Por exemplo, **é verdadeiro que a terra é redonda**, mas muitas pessoas não sabem disso.

Em segundo lugar, obviamente, para que um sujeito diga que **sabe que P**, ele tem de **acreditar que P**. Não faria sentido, por exemplo, que alguém dissesse seriamente: **“Sei que a terra é redonda, mas não acredito nisso”**. Formas de expressão como esta só poderiam ser admitidas como um modo de falar não exato e meramente expressivo, mas sem valor cognitivo.

Por fim, mesmo mediante as duas primeiras condições, o sujeito tem de ter ainda boas razões para acreditar que **P**. Por exemplo, ou **P** é uma proposição evidente, ou incorrigível, ou ela pode ser inferida direta ou indiretamente de outras proposições ou crenças que, por sua vez, são autojustificáveis e incondicionalmente aceitáveis. Assim, vemos como esse problema está relacionado com o fundacionalismo, que comentamos acima.

O problema levantado por Gettier especificamente é que podemos preencher essas três condições, ou seja, podemos ter casos de crença verdadeira e justificada, e, mesmo assim, não aceitaríamos

dizer que estamos diante de um caso de **conhecimento** genuíno. Gettier dá dois exemplos que ilustrariam tal situação. Vamos reproduzir um deles apenas, o primeiro. Mas, em ambos os casos, o argumento vale se for feita também a pressuposição de que as formas inferenciais da lógica moderna são válidas, e que podem fundamentar um método preservador de verdade que permita chegar a outros conhecimentos a partir de conhecimentos dados.

Um dos casos discutidos por Gettier é de dois indivíduos, Smith e Jones, que disputam um emprego. Smith fica sabendo pelo presidente da empresa que Jones vai ganhar o emprego, e ele sabe também que Jones tem dez moedas no bolso. Assim, Smith faz a seguinte inferência:

O homem que vai ganhar o emprego tem dez moedas no bolso.

Chamemos então essa proposição de **P**. Entretanto, o presidente da empresa mentiu, e é o próprio Smith que vai ganhar o emprego. Acontece ainda, imagina Gettier, que o próprio Smith também tem dez moedas no bolso, embora ele não saiba disso, porque só contou as moedas de Jones, e não as suas próprias.

Ora, além de Smith acreditar que **P**, de **P** ser verdadeira (pois o homem que ganhou o emprego tinha mesmo dez moedas no bolso, embora fosse Smith, e não Jones), e de Smith ter boas razões para acreditar que **P**, nós relutaríamos em dizer que Smith **sabe que P**, diz Gettier. Embora **P** seja mesmo verdadeira, ela foi inferida de proposições falsas e obtida por um método que não parece confiável.

O problema então é que, de fato, quando Smith inferiu **P** de outras proposições, ele estava pensando em Jones como o homem que tem dez moedas no bolso e que vai ganhar o emprego. Mas, por acaso, ele é esse homem. O desconforto que o argumento causa, parecendo um tanto artificial, decorre do fato de que nós sabemos de tudo isso. E o ponto de Gettier é que, embora Smith tenha sido conduzido a um erro, objetivamente falando, o caso preenche os três requisitos e, logo, deveria ser contado pelas demais pessoas como um caso de conhecimento.

Entretanto, podemos imaginar que o próprio Smith, ao dar-se conta de seu erro involuntário, revisaria sua posição. Se imaginarmos, prosseguindo a narrativa, que Smith é honesto e que ele revele

seu erro, as demais pessoas não mais tomarão o caso como de conhecimento genuíno. Mas, ao contrário, suponhamos que ele não revele seu erro. Ora, neste caso, as demais pessoas não terão por que não tomar este caso como de conhecimento genuíno. Como apenas Smith tem acesso a suas crenças e somente ele pode saber de seu erro e revelá-lo ou não, o estranhamento que este caso pode produzir vem do fato de nos colocarmos ora na perspectiva pessoal e privada que Smith tem do que ocorreu, ora naquela que os outros têm.

Em outras palavras, o problema de Gettier só faz sentido mediante a pressuposição de que as duas perspectivas – aquela que só o sujeito possui e aquela que os outros têm do que ele diz – forem acessíveis a alguém. Mas se apenas o testemunho do sujeito pode nos dar acesso a suas crenças, então, do ponto de vista público e objetivo, o argumento de Gettier não faria sentido. Ele só se mantém ao compararmos as duas perspectivas.

9.5 CONFIABILISMO

A análise que acabamos de fazer do problema de Gettier não é, contudo, aquela que é lugar comum nas discussões dos epistemólogos contemporâneos. Ao contrário, a maior parte deles, aceitando o argumento, se coloca a imaginar de que maneira poderíamos complementar as exigências para garantirmos que alguns casos de crença sejam também casos de conhecimento. Essas discussões ficaram conhecidas como **a busca por uma quarta cláusula**. Ou seja, além daquelas três acima formuladas, poderíamos acrescentar uma outra, que reforçasse nossa concepção de conhecimento de tal maneira que, ao preencher todos os requisitos, alguns casos de crença seriam também casos de conhecimento.

Uma dessas linhas de argumentação é o **confiabilismo**, e um dos autores que defende esse ponto de vista é o filósofo americano Alvin Goldman (1938–). Segundo ele, para termos conhecimento genuíno, não basta termos uma crença verdadeira e justificada, mas é preciso também que tal crença seja obtida por um processo de produção de crenças que seja confiável. E é ao descrever e discutir os possíveis processos de produção de crença que o aspecto naturalista também entra em cena.

A percepção é um processo de produção de crenças muitas vezes confiável, embora nem sempre, assim como outros processos, como o raciocínio. O que ocorre é que não temos conhecimento de quais são os processos realmente confiáveis de produção de crenças, e nisso é que a psicologia empírica poderia socorrer a epistemologia. É ela que, por exemplo, pode determinar quais são aquelas condições reais nas quais nossos processos perceptivos são confiáveis. E, partindo desse conhecimento fornecido pela psicologia empírica é que podemos então formular uma **epistemologia normativa** que indique os critérios mediante os quais vamos avaliar o conhecimento humano ou, mais especificamente, quais seriam os cânones de justificação adequados.

Esta é uma das formas pelas quais a epistemologia naturalizada pode recuperar seu caráter normativo, depois que a defesa da idéia por parte de Quine parecia eliminar o caráter normativo da epistemologia e reservar-lhe apenas um caráter descritivo de processos cognitivos reais. Ao ganhar de volta seu caráter normativo, a epistemologia naturalizada nesta versão pode novamente atuar naquele domínio denominado **contexto de justificação**, que comentamos antes.

O próprio Quine, contudo, em resposta a alguns de seus críticos, já tinha procurado recuperar o aspecto normativo. Ele afirmou então que a **epistemologia pura** seria apenas descritiva, uma vez que ela seria uma associação da psicologia com a lingüística. Mas, ao contrário, uma **epistemologia aplicada** (uma espécie de engenharia do conhecimento) seria normativa. Essa noção de Quine, contudo, permaneceu um tanto vaga, e a proposta de Goldman é mais definida.

LEITURA RECOMENDADA

Além dos capítulos sobre epistemologia contemporânea e, em particular, sobre Quine, encontrados nas boas histórias da filosofia, é recomendável que sejam lidos também os seguintes textos:

GETTIER, E. “O conhecimento é crença verdadeira e justificada?”.

Disponível em: <www.filedu.com/egettieracrencaverdadeirajustificada.html> Acesso em 15 abril 2007.

QUINE, W. V. O. “Epistemologia Naturalizada”. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Quine e outros (Coleção Os Pensadores).

REFLITA SOBRE

- O problema geral da justificação.
- Quais são os dois aspectos básicos do fundacionalismo.
- Por que o falibilismo seria a posição oposta ao fundacionalismo.
- Por que o coerentismo é uma posição falibilista.
- Os dois problemas principais que o coerentismo enfrenta.
- Por que as dificuldades do coerentismo podem conduzir de volta ao fundacionalismo.
- Por que a epistemologia naturalizada na versão de Quine negaria a distinção entre os contextos de descoberta e justificação.
- A noção naturalista de sentença observacional defendida por Quine.
- O problema levantado por Gettier.
- Qual é a crítica que podemos fazer a Gettier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERKELEY, G. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1978. v. Berkeley/Hume (Coleção Os Pensadores).
- CARNAP, R. *Pseudoproblemas na filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Schlick/Carnap (Coleção Os Pensadores).
- CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Comte (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo, Nova Cultural, 1980. v. Descartes (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Descartes (Coleção Os Pensadores).
- DEWEY, J. *Lógica: teoria da investigação*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Dewey (Coleção Os Pensadores).
- DUTRA, L. H. A. *Epistemologia da aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- DUTRA, L. H. A. *Verdade e investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2001.

GETTIER, E. “O conhecimento é crença verdadeira e justificada?”. Disponível em: <www.filedu.com/egettieracrencaverdadeirajustificada.html> Acesso em 15 abril 2007.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra: Arménio Amado, 1980.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1978. v. Berkeley/Hume (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Kant (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. *Prolegômenos*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Kant (Coleção Os Pensadores).

KIRKHAM, R. L. *Teorias da verdade*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2003.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1978. v. Locke (Coleção Os Pensadores).

MILL, J. S. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Bentham/Mill (Coleção Os Pensadores).

QUINE, W. V. O. “Epistemologia Naturalizada”. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Quine e outros (Coleção Os Pensadores).

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

RUSSELL, B. *Análise da matéria*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. *Ensaios filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. *Lógica e conhecimento: ensaios escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Coimbra: Almedina, 2001.